

...continuação

17 Patrimônio líquido
(a) Capital social
 O capital social totalmente subscrito e integralizado, dividido em 28.687.975 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal
(b) Reservas e Dividendos
 O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante pre-viso estatutária, terá a seguinte destinação:
 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
 5% para dividendos obrigatórios sobre o saldo após a destinação para reserva legal.
 O saldo remanescente para reserva de lucros o qual permanecerá à disposição da Assembleia Geral Ordinária.
18 Instrumentos financeiros
 A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração dessas operações é efetuada mediante estratégias de operação e sistemas de controles.
Valorização dos instrumentos financeiros
 Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:
(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros
 A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.
 Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.
(b) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar
 Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.
(c) Investimentos
 Consistem, principalmente, em investimentos em controladas de capital fechado, registrados pelo método de

equivalência patrimonial, nas quais a Companhia tem interesse estratégico.
 Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.
(d) Empréstimos e Financiamentos
 O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, inclusive os denominados em moeda estrangeira, a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, não são significativas.
(e) Política de gestão de riscos financeiros
 A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que a orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito.
(f) Risco de crédito
 A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.
(g) Risco de liquidez
 E o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.
(h) Risco de mercado
(h.1) Risco com taxa de juros
 O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade des-

pas taxas.
(h.2) Risco com taxa de câmbio (Controladora e Consolidado)
 O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

| | 2014 | | 2013 | |
|------------------------------|-------------------|--------|-------------------|--------|
| | Moeda estrangeira | Reais | Moeda estrangeira | Reais |
| Passivo Circulante | | | | |
| Fornecedores | | | | |
| - Indexados ao EUR | 508 | 1.639 | 523 | 1.410 |
| - Indexados ao USD | 145 | 340 | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos | | | | |
| - Indexados ao USD | 1.297 | 3.038 | 1.100 | 2.249 |
| Passivo Não Circulante | | | | |
| Fornecedores | | | | |
| - Indexados ao EUR | - | - | 491 | 1.324 |
| Empréstimos e Financiamentos | | | | |
| - Indexados ao USD | 6.780 | 15.885 | 6.911 | 14.122 |

19 Seguros
 A Companhia mantém programa de seguros, sendo a cobertura contratada, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre suas operações, seu patrimônio, ativos, funcionários e responsabilidade civil perante terceiros.

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | | | | DIRETORIA | | CONTADOR | |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------------------|----------------|-----------------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|
| MARIA BEATRIZ DE CARVALHO ESTRADA | GERD WILLI ROTHMANN | MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA | PETER SCHAEFER | MARIA BEATRIZ DE CARVALHO ESTRADA | GERSON OLIVI FORATTO | MARCELO BRAZ REIS | CRF 15P 182.643/O-5 |

Deicmar Port S.A.
 CNPJ/MF nº 04.267.351/0001-14
 RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, acompanhado das Demonstrações do Resultado, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e as respectivas Notas Explicativas, dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Santos, 20 de março de 2015. A DIRETORIA

| Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais | | | |
|--|--------------|--------------|--|
| | 2014 | 2013 | |
| Ativo Circulante | | | Passivo e patrimônio líquido Circulante |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) | 520 | 392 | Fornecedores |
| Clientes | 23 | 23 | Salários e encargos sociais |
| Tributos a recuperar (Nota 4) | 679 | 729 | Provisão de férias e encargos |
| Despesas antecipadas | 2 | 2 | Obrigações fiscais e tributárias (Nota 9) |
| Contas a receber | 29 | 1.123 | |
| | 1.253 | 1.123 | Não circulante |
| Não circulante | | | Provisão para contingências (Nota 7) |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Depósitos judiciais e outros (Nota 7) | 12 | 57 | Patrimônio líquido (Nota 10) |
| Imobilizado (Nota 5) | 50 | 14 | Capital social |
| Intangível (Nota 6) | 5 | 6 | Prejuízos acumulados |
| | 67 | 77 | |
| Total do ativo | 1.320 | 1.200 | Total do passivo e patrimônio líquido |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | | | |
|--|----------------|----------------------|--------------------|
| | Capital social | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 13.760 | (12.448) | 1.312 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | (296) | (296) |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 13.760 | (12.744) | 1.016 |
| Lucro líquido do exercício | - | 184 | 184 |
| Em 31 de dezembro de 2014 | 13.760 | (12.560) | 1.200 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

1 Contexto operacional
 A Companhia tem por objetivo as atividades de exploração de infraestrutura e superestrutura portuária e aquaviária; a operação de terminais portuários marítimos, fluviais ou lacustres, inclusive instalações portuárias de uso público ou privado, de Estação de Transbordo de Carga, de Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte e de terminais de passageiros; a armazenagem de mercadorias provenientes ou destinadas às embarcações; a operação e gestão de equipamentos destinados a carga e descarga de embarcações; a carga e descarga de embarcações; de operação portuária; de recintos alfandegados; de armazéns gerais; de logística e distribuição; de transporte aquaviário, rodoviário, ferroviário ou aquaviário. Poderá, ainda, a Companhia praticar quaisquer atos correlatos e afins ao seu objeto social, como também participar de outras sociedades como quotista ou acionista.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis
2.1 Apresentação das demonstrações financeiras
 As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de março de 2015.
 As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.255 de 10 de dezembro de 2009.
 As seguintes seções foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis:
 • Seções 4 a 8 – Demonstrações contábeis;
 • Seção 11 – Instrumentos financeiros básicos;
 • Seção 17 – Ativo imobilizado;
 • Seção 18 – Ativo intangível;
 • Seção 19 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
 • Seção 23 – Receitas;
 • Seção 29 – Tributos sobre o lucro;
 • Seção 33 – Divulgação sobre partes relacionadas.
 No exercício final em 31 de dezembro de 2014, as demais seções do CPC PME não geraram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.
2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas
 As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:
(a) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras resgatáveis imediatamente e com risco mínimo de mudança de seu valor de mercado.
 As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos e descontos até a data do balanço.
(b) Clientes
 As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores cobrados de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.
(c) Imobilizado
 Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 5, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens.
 Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.
 Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia, sendo depreciados ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.
(d) Intangíveis
 Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis, sendo amortizados usando-se o método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 6, que levam em consideração o prazo de sua vida útil econômica.
(e) Impairment* de ativos
 O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, serão revisados para se identificar perdas por "impairment" sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por "impairment" será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.
(f) Demais ativos circulantes e não circulantes (realizável a longo prazo)
 São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.
(g) Provisões
 As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.
(h) Reconhecimento de receita
 A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado quando da efetiva

prestação dos serviços.
(i) Demais receitas, custos e despesas
 São reconhecidas observando-se o regime de competência de exercícios.
2.3 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria
 São instrumentos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a companhia não possuía ativos classificados como disponíveis para a venda ou mantidos até o vencimento. As aplicações financeiras são classificadas na categoria valor justo por meio do resultado por serem aplicações de curto prazo e liquidez imediata (indexados ao CDI). Os valores a receber de Clientes são classificados na categoria de "Recebíveis" por terem pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São mensurados pelo valor de custo amortizado (valor presente), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a companhia não possuía passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
2.4 Uso de estimativas e julgamentos
 A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Fontes de estimativas de incertezas: (i) Passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração as informações de seus assessores jurídicos, quando houver probabilidade de exigência de obrigações financeiras para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança. Para as contingências classificadas como "Provisões", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica "Provisões"; (ii) Provisão para devedores duvidosos é constituída basicamente pelos títulos que encontram-se com ações de cobrança ajudizadas, e que possuem evidências para potencial perda. Estas são permanentemente avaliadas e sofrem alteração de acordo com a evolução dos processos.

| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
|---|-------|-------|--|
| | 2014 | 2013 | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | Fluxos de caixa das atividades operacionais |
| Lucro (prejuízo) antes do I.R.P.J. e C.E.S.L.L. | 192 | (296) | Depreciação e amortização |
| Depreciação e amortização | 5 | 5 | Provisões para contingências |
| Provisões para contingências | (126) | 130 | |
| | 71 | (161) | Varições nos ativos e passivos |
| Varições nos ativos e passivos | | | Clientes |
| Clientes | (23) | 119 | Tributos a recuperar |
| Tributos a recuperar | 50 | (181) | Despesas antecipadas |
| Despesas antecipadas | | (1) | Contas a receber |
| Contas a receber | (29) | 37 | Fornecedores |
| Fornecedores | (5) | (37) | Provisão de férias e encargos |
| Provisão de férias e encargos | (1) | 1 | Obrigações fiscais e tributárias |
| Obrigações fiscais e tributárias | 13 | (60) | Contas a pagar |
| Contas a pagar | (6) | (17) | |
| | 60 | (176) | Caixa proveniente das operações |
| | 131 | (337) | Imposto de renda e contribuição social (pagos) |
| | 123 | (337) | Caixa líquido proveniente das (atividades) operacionais |
| Caixa proveniente das operações | | | Fluxos de caixa das atividades de investimentos |
| Imposto de renda e contribuição social (pagos) | (8) | - | Aquisições de bens do ativo imobilizado |
| Caixa líquido proveniente das (atividades) operacionais | 123 | (337) | Aquisições de bens do ativo intangível |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | Partes relacionadas |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado | (1) | - | Depósitos judiciais e outros |
| Aquisições de bens do ativo intangível | (7) | 101 | Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos |
| Partes relacionadas | (1) | 78 | |
| Depósitos judiciais e outros | 5 | (15) | Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | 5 | 78 | Caixa e equivalentes de caixa |
| Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | | | Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício |
| Caixa e equivalentes de caixa | 128 | (259) | Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 392 | 651 | Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 520 | 392 | |
| Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | | | |
| | 128 | (259) | <i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i> |

judicial, para as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas provisórias constituídas, inclusive quanto ao prazo de exigibilidade, são estimadas pela administração, amparada por sua assessoria jurídica.
8 Imposto de renda e contribuição social
(a) Do exercício

| | 2014 | 2013 |
|---|----------|-------|
| Resultado antes dos tributos | | |
| Adições totais | 192 | 313 |
| Exclusões totais | (293) | (212) |
| Lucro real apurado no período (a) | 51 | (195) |
| Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL | - | - |
| Compensação de Prej. Fiscal e Base Negativa da CSLL (b) | (15) | (3) |
| Base tributável do IRPJ e da CSLL (c) = (a - b) | 36 | (200) |
| Efeitos do IRPJ e CSLL no resultado (d) | (8) | - |
| Alíquotas efetivas - IRPJ x CSLL (d ÷ c) | (22,22%) | - |

O imposto de renda da pessoa jurídica é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente à R\$ 240 Mil ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 8% sobre o lucro tributável. Esses impostos são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.
(b) Regime tributário de transição
 A Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, objeto da conversão da Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe outras providências, dentre as quais se destacam: (i) alterações na legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e a COFINS com o objetivo de alinhar a contabilidade fiscal à societária; (ii) disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; (iii) considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial; e (iv) disposição acerca do tratamento fiscal dos dividendos calculados com base nos resultados apurados no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2013. As disposições previstas nessa legislação têm vigência a partir de 2015, salvo na hipótese de opção pela sua adoção antecipada a partir de 2014. No que concerne ao exercício da opção pela aplicação dos efeitos da Lei nº 12.973/14 para o ano-calendário de 2014, em observância às disposições da IN IRF nº 1.499/14, em fevereiro de 2015, por ocasião do envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) relativa ao mês de dezembro de 2014, a Companhia não optou pela adoção antecipada dos efeitos da referida Lei.
9 Obrigações fiscais e tributárias

| Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro | | | |
|--|------|-------|-------------------------------|
| | 2014 | 2013 | Taxa anual de depreciação - % |
| Resultado da movimentação | | | |
| Depreciação acumulada | 192 | (296) | |
| Custo | 5 | 5 | |
| Móveis e utensílios | | | |
| Equipamentos de informática | 14 | (8) | 6 |
| Equipamento de Segurança e Monitoramento | 1 | 1 | 20 |
| | 2 | (10) | 10 |
| Materiais | | | |
| Equipamentos de informática | 14 | (8) | 6 |
| Equipamento de Segurança e Monitoramento | 1 | 1 | 20 |
| | 2 | (10) | 14 |
| Outros | | | |
| Equipamentos de informática | 14 | (8) | 6 |
| Equipamento de Segurança e Monitoramento | 1 | 1 | 20 |
| | 2 | (10) | 14 |

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

| | 2014 | 2013 | Taxa anual de amortização - % |
|--|------|-------|-------------------------------|
| Resultado da movimentação | | | |
| Amortização | 192 | (296) | |
| Custo | 5 | 5 | |
| Software | | | |
| Equipamentos de informática | 14 | (8) | 6 |
| Equipamento de Segurança e Monitoramento | 1 | 1 | 20 |
| | 2 | (10) | 14 |

A movimentação do intangível pode ser assim demonstrada:

| | 2014 | 2013 | Taxa anual de amortização - % |
|--|------|-------|-------------------------------|
| Resultado da movimentação | | | |
| Amortização | 192 | (296) | |
| Custo | 5 | 5 | |
| Software | | | |
| Equipamentos de informática | 14 | (8) | 6 |
| Equipamento de Segurança e Monitoramento | 1 | 1 | 20 |
| | 2 | (10) | 14 |

Em 31 de dezembro de 2012
 Adições (Mi) 0
 Depreciação (4)
Em 31 de dezembro de 2013
 Adições (14)
 Depreciação (4)
Em 31 de dezembro de 2014
 Adições (10)
 Depreciação (5)

7 Provisão para contingências

| | 2014 | 2013 |
|-------------------------------------|------|------|
| Depósitos judiciais | | |
| 2014 | 1 | 1 |
| 2013 | 5 | 24 |
| 2012 | 52 | 57 |
| Provisões para contingências | | |
| 2014 | 1 | 1 |
| 2013 | 5 | 24 |
| 2012 | 52 | 57 |

A Companhia está sujeita a contingências civis e trabalhistas, sendo parte envolvida em processos em andamento tanto na esfera administrativa como

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | | | | DIRETORIA | | CONTADOR | |
|-----------------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|-----------|--|----------|--|
| MARIA BEATRIZ DE CARVALHO ESTRADA | GERSON OLIVI FORATTO | MARCELO BRAZ REIS | CRF 15P 182.643/O-5 | | | | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
ESTÂNCIA BALNEÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO MUNICIPAL E PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SAÚDE

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº SMS 092/15

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº SMS 092/15 – Processo nº 24.377/2015-50, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de medicamentos: TOPAMAX® 50 MG (Topiramato), TRACOLIMO 0,03% (PROTOPIC®), SAXAGLIPTINA 5 MG – (ONGLYZA®), TRACOLIMO 0,01% (PROTOPIC®), CLORIDRATO DE RANITIDINA 150 MG/10 ML, MAGNEN B6 (Glicinato de Magnésio + Cloridrato de Piridoxina), ETNA (Coenzima Cítidilica + Hidroxocobalamina + Uridina), HERDERA HELIX (ABRILAR®), BACLOFENO 10 MG e CIPROFIBRATO, para atendimento a MANDADOS JUDICIAIS.

O encerramento dar-se-á em 08/05/2015, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 579753. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone/fax (13) 3201-5612; e-mail: licitacao@saude.santos.sp.gov.br.

Santos, 24 de abril de 2015.

JOSÉ CLAUDINEI CARLOS DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão Municipal e Permanente de Licitação - Saúde

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | | | | DIRETORIA | | CONTADOR | |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------------------|----------------|-----------------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|
| MARIA BEATRIZ DE CARVALHO ESTRADA | GERD WILLI ROTHMANN | MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA | PETER SCHAEFER | MARIA BEATRIZ DE CARVALHO ESTRADA | GERSON OLIVI FORATTO | MARCELO BRAZ REIS | CRF 15P 182.643/O-5 |

Santa Catarina Florestal S.A.
 CNPJ nº 05.905.802/0001-64 – NIRE nº 35300195965

Ata da Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local da Realização: Aos 10 (dez) dias do mês de março de 2015, às 11:00 horas, em sua Sede Social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 3º andar, sala 33, em São Paulo, SP. **Composição da Mesa:** Por aclamação, foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Antonio Sergio Alfano, que convidou a Sra. Rosa Maria dos Santos Galvão para Secretária. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme Livro de Presença de Acionistas e Diretores. **Publicações Prévias:** - Nos termos do § 4º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, foi dispensada a publicação de anúncios; - Nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, foi dispensada a publicação da convocação das Assembleias Gerais; - Nos termos do artigo 294 da Lei nº 6.404/76, foi dispensada a publicação do Balanço Patrimonial. **Ordem do Dia:** a) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e Demonstração do Patrimônio Líquido, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2014; b) Eleger os membros da Diretoria; c) Fixar a remuneração dos Administradores; **Leitura dos Documentos:** Não foi requerida a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** Foram as seguintes as deliberações tomadas: 1) Aprovadas por unanimidade e sem reserva as contas da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstração do Patrimônio Líquido, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2014; 2) Eleição e reeleição de membros da Diretoria, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016; **Reeleitos:** o Diretor Geral, **Fabio Schwartsman**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador do RG nº 4.144.579-X/SSP-SP e CPF nº 940.563.318-04, residente e domiciliado em São Paulo-SP, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3600 - 4º andar, São Paulo-SP; o Diretor Financeiro, **Antonio Sergio Alfano**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 5.282.030/SSP-SP e CPF/MF nº 875.349.248-04, residente e domiciliado neste Capital de São Paulo, com escritório na Rua Matias Olímpio nº 145 - Vila São Nicolau, São Paulo-SP; o Diretor Administrativo, **Cristiano Cardoso Teixeira**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 16771543-4/SSP-SP e CPF nº 128996528-50, residente e domiciliado em São Paulo-SP, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3600 - 4º andar, São Paulo-SP, no lugar de Paulo Roberto Petterle, RG nº 2.286.279/FP-RJ e CPF/MF nº 175.309.207-82; **3. Remuneração dos Administradores:** Fixada em até a quantia de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) a remuneração global anual dos administradores, a ser dividida entre os membros da Diretoria. Os Diretores declaram, expressamente, renunciar a percepção de qualquer remuneração. **4. Declaração de Desimpedimento:** Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei